

A EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL : ABEM

Alda de Jesus Oliveira*

A educação musical no Brasil tem sido principalmente um reflexo de propósitos políticos e religiosos. A sociedade brasileira tende para a mudança e para a reforma: a educação percorre também este impulso, incentivada pelo sabor da individualidade que corre nas veias do povo brasileiro. O desenvolvimento da educação musical brasileira está ligado à história da própria cultura e a da Europa. Desde 1500, ano da descoberta do Brasil, portugueses e espanhóis, ameríndios e africanos contribuíram para a formação da sua cultura. Nos três primeiros séculos, eles "trouxeram suas línguas e culturas, suas canções e suas danças" (AZEVEDO, 1950, p. 285). Durante o período colonial a música esteve principalmente associada com o trabalho de conversão dos índios, porém, "comparada com a América espanhola, o desenvolvimento cultural brasileiro durante os dois primeiros séculos do período colonial português foi escasso" (BÉHAGUE, 1979, p. 69-70) embora o trabalho dos Jesuítas tenha tido "impacto trazendo as práticas europeias musicais para a colônia". Os Jesuítas usavam música para ensinar os índios o catecismo católico, traduzindo para o Tupi as

* Doutora em Educação Musical pela University of Texas at Austin, USA; Prof^ª. do Departamento de Música da Universidade Federal da Bahia; Prof^ª. do Curso de Pós-Graduação - Mestrado em Música UFBA.

canções e hinos religiosos, ou através dos "Autos", "monólogos musicados do sec. XVI, a que depois se juntaram desenvolvimentos coreográficos" (ALMEIDA, 1942, P. 286).

Técnicas efetivas de musicalização foram usadas pelos Jesuítas para enculturar índios e negros, que chegaram a formalizar o ensino de música para escravos, sendo porém expulsos do Brasil em 1759 por Decreto Real, por motivos políticos. Almeida fala da surpresa de D. João VI quando chegando ao Brasil, ouviu negros cantando e tocando em Santa Cruz, na missa da Igreja de Santo Inácio de Loyola (ALMEIDA, 1942, p. 312). O padre José Maurício Nunes Garcia (Rio 1767-1830), um excelente músico, compositor brasileiro, foi provavelmente educado por professores treinados nesta escola (AZEVEDO, 1950, p. 287). Guilherme de Mello cita Anchieta, Navarro, Alvaro Lobo e Euzébio de Mattos como os primeiros a usar e ensinar a escala diatônica de sete graus no período colonial (ALMEIDA, 1942, p. 291).

No período Imperial, a música era principalmente ornamentação para a vida da classe alta e para Azevedo, foi talvez o período de maior brilho. Os primeiros teatros foram construídos e o processo de secularização das artes foi acelerado. Marcos Portugal veio para o Brasil em 1811. Em 1816 veio o pianista Sigismundo Neuckomm, discípulo de Haydn, que ficou surpreso com o trabalho em música de José Maurício. Quando voltou para Portugal publicou um livro de "modinhas" composto por Francisco Manuel, um mulato brasileiro que estudou com ele. Quando D. João VI voltou para Portugal a música não teve o mesmo status de antes, apesar de D. Pedro seu filho ser um músico. Neste período o piano era moda e o ensino particular substituía a falta dos Conservatórios (ALMEIDA, 1942, p. 336). Este foi um período de bandas e orquestras, e quando surgiram as primeiras instituições e sociedades de música, como o Conservatório de Música. Francisco Manuel da Silva, autor do hino nacional, conseguiu colocar a responsabilidade da educação do músico brasileiro nas mãos do governo, organizando o Conservatório, que inicialmente foi financiado pelo fundo da loteria, pelo Decreto nº 238 de 27 de novembro de 1841, tornando-se subordinado à fiscalização do Ministro do Império em 1841. Carlos Gomes, foi produto deste Conservatório, onde o lirismo italiano predominava. Na Bahia, o compositor Domingos da Rocha Mussurunga tentou criar um Conservatório em 1889, mostrando o plano ao Presidente e ao Legislativo, mas foi em vão. Escreveu um "Compêndio de Música" para ensinar

aos seus alunos (ALMEIDA, 1942, p. 352).

Depois de 1822, ano da Independência do Brasil, a vida musical diminuiu e com o advento da República este declínio se tornou mais acentuado, indo até a guerra Européia. O Conservatório foi transformado em Instituto Nacional de Música: nomes como Henrique Oswald, Francisco Braga, Barroso Neto, Leopoldo Miguez foram projetados como compositores de estética internacionalista, Neponuceno e Alexandre Levy como um dos primeiros nacionalistas (ANDRADE, 1965). Neste período, educação musical pelo seu próprio valor era feita nos Conservatórios. Até então, apesar da popularidade do piano, a educação musical era para poucos, porque o Conservatório não atendia a demanda da sociedade que crescia enormemente.

Young analisa o período Republicano e diz que era patrocinado fortemente pelos militares e fazendeiros, donos de muitas terras. Nesta época (1889-1930), 70% dos brasileiros, elementos rurais, eram excluídos totalmente das votações pelo analfabetismo (YOUNG, 1967, p. 18). Em 24 de outubro de 1930 o sistema Republicano que durou 40 anos de repente cai e Getúlio Vargas muda profundamente o estilo político nacional, dominando o Brasil nos anos de 1930-1945. Para Andrade, foi a primeira guerra mundial que trouxe a tendência de grupo e o espírito nacionalista. Nesta época, a educação musical foi colocada no currículo das escolas primárias e secundárias, com ênfase nacionalista e baseada no movimento orfeônico. Como concepção educacional, quatro pontos eram observados por Villa-Lobos: a ênfase no lugar exato que a música deveria ter, a educação musical aplicada coletivamente, a integração do artista com a sociedade e finalmente, a visão do compositor como ressonância da alma do povo (MENEGALE, 1969, P. 15-16). Apesar do grande fervor patriótico e das grandes massas que cantavam em praças públicas, hoje podemos avaliar o movimento orfeônico como efetivo para fazer cantar mas não para fazer crescer.

Graves são os problemas sociais e econômicos com os quais a sociedade brasileira ainda hoje convive, em pleno final de século vinte, e aguda é a grande ausência de implantação de uma política (ou políticas) educacional, que possa incorporar ao saber do povo, as conquistas humanistas e tecnológicas do saber. O Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil - SINAPEM (NOGUEIRA, 1988) - realizado em 1987 na Paraíba sob a coordenação da

professora Ilza Nogueira, formalizou documentos importantes para a projeção de uma política educacional em Música, do primeiro ao terceiro grau, e criou um corpo de associados que, desde então, vem articulando mecanismos para acompanhamento, suporte e estimulação das graduações e pós-graduações em Música: a ANPPOM. Neste Simpósio foram elaborados documentos como: proposta curricular para a educação musical no ensino de I e II graus, recomendações curriculares para o ensino musical profissionalizante de II grau, e proposta de reestruturação para o currículo mínimo dos cursos de graduação em Música. Desde então, tem-se recomendado aos órgãos de suporte e estruturação do ensino, que sejam efetivadas estas propostas, o que refletiu positivas perspectivas entre os educadores, mas ainda se apresenta sem efetivas cristalizações.

Historicamente, a educação musical no Brasil tem sido principalmente reformista. No século dezesseis era religiosa, logo depois era ornamental ou cívica, como nos anos ditatoriais. Sendo influenciada pelas várias filosofias de épocas, a educação musical brasileira tem exemplos de práticas influenciadas pelos vários movimentos educacionais e estéticos, demonstrando práticas rígidas e flexíveis, especializadas e integradas, uniméticas e ecléticas, tradicionais e inovadoras. Nos anos sessenta houve uma forte tendência para a criação, a improvisação e o desenvolvimento da sensibilidade auditiva; nos anos setenta e oitenta, foi instituída através da Lei 5692/71, a Educação Artística, onde as modalidades de artes plásticas, artes cênicas e educação musical foram inseridas no currículo. Estes anos foram difusos, porque a nova legislação trouxe diversas possibilidades de interpretações. Sendo colocada num período onde o professor estava experimentando o sabor da liberdade pós-orfeônica e a fruição de uma nova estética musical - o atonalismo - gerou posicionamentos radicalizados e incompreensões, e por outro lado, trabalhos de interesse e atualidade, quando os profissionais tinham competência para lidar com a nova abordagem ou com as suas linguagens específicas.

Hoje, vinte anos passados, o Congresso está por discutir a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1989), projeto oriundo da Câmara dos Deputados, que propõe o ensino das artes, consideradas como linguagens específicas, como componente obrigatório nos diversos níveis de educação básica. Professores de música compartilharam de discussões e fizeram sugestões para este projeto ao Deputado Hage em 1990, inclusive a de adotar-se as propostas do SINAPEM, durante a VI

Semana de Educação Musical ¹, estando a sua continuidade, porém, em compasso de espera.

Enquanto isto, na crise da recessão, as instituições educacionais sofrem desgastes nas áreas de suporte básico humano e material, tendo algumas delas suplantado as situações com criatividade e dinamismo. Fica aqui a pergunta: o impulso de geração e transmissão de conhecimento musical no Brasil precisará sempre da tenacidade e fidelidade de alguns poucos que acreditam no valor da música no processo de educação do brasileiro? ou será que algum dia a política educacional brasileira irá acreditar nas artes como elemento curricular essencial para o desenvolvimento do indivíduo integral?

O contexto cultural tem sido um lastro que embasa de maneira forte e silenciosa o desenvolver da música e da educação, porém situado no "inconsciente necessário". Fala-se da beleza do nosso folclore e da nossa modernidade e pujança, mas na hora e na vez da aplicação curricular, volta-se ao dó-re-mi, à pesquisa de som e ao "Cai, cai balão". O resultado da suposta especialização do músico formado nos moldes de conservatório não tem ajudado de maneira a democratizar o ensino da música, isolando o "iniciador musical" do fazer e do prazer, levando o processo ao não fazer. O Professor Swanwick, coloca a necessidade da consciência sobre a sistematização da avaliação do trabalho criativo do aluno como uma das soluções para este tipo de problema. Neste momento, a tendência da educação musical é de adotar a diversidade como linha de apoio, mas no contexto nacional, ainda é preciso caminhar para atingir uma ação centrada na apreciação, compreensão, criação e interpretação em cada contexto.

Em 22 de agosto de 1991, durante o IX Seminários Internacionais de Música, o I Simpósio Brasileiro de Música e a VII Semana de Educação Musical ² foi criada a Associação Brasileira de Educação Musical, filiada à ANPPOM, que pretende promover a educação musical no país através da implantação gradativa de encontros para atualização dos profissionais, documentar e divulgar trabalhos na área e estimular a integração e o desenvolvimento das iniciativas regionais, aliada aos objetivos de consolidação da área de Música como um todo. Espera-se que através da

¹ Evento coordenado por Alda Oliveira na Escola de Música da UFBA, desde 1980.

² Coordenados respectivamente por: Paulo Costa Lima, Manuel Veiga e Alda Oliveira

união de forças educacionais e políticas, através da consolidação pela competência, a área de educação musical possa ampliar a concepção de Mário de Andrade, quando diz que o desenvolvimento da música brasileira segue uma evolução de qualquer civilização: primeiro Deus, depois o Amor e por fim o Nacionalismo (ANDRADE, 1965, P. 19). No caso, paralelamente poderíamos pensar na evolução da educação musical: Deus, Amor, Nação e Homem, tomado como ser social e ser/indivíduo com direitos e deveres, responsável pelo destino educativo/musical da humanidade.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Renato. História da Música Brasileira. Rio de Janeiro : F. Briguet & Com., 1942.
- ANDRADE, Mário. Aspectos da Música Brasileira. São Paulo : Martins, 1965.
- AZEVEDO, Fernando de. Brazilian Cultura, an Introduction to the study of culture in Brazil. Tradução para o inglês de William Rex Crawford. New York : Macmillan, 1950.
- BÉHAGUE, Gerard. Music en Latin America, an introduction. Englewood Cliffs : Prentice-Hall, 1979.
- BRASIL. Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Substitutivo do Deputado Jorge Hage. Brasília : Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, Câmara dos Deputados, agosto, 1989.
- YOUNG, Jordan M. The Brazilian Revolution of 1930 and the Aftermath. New Brunswick: Quin & Boden Company, 1967, p. 18.
- MENEGALE, Heli. Villa-Lobos e a Educação. Rio de Janeiro : Artes Gráficas da Escola Técnica Federal, 1969.
- NOGUEIRA, Ilza Maria Costa. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE A PROBLE-MÁTICA DA PESQUISA E DO ENSINO MUSICAL NO BRASIL, 12 a 16 de janeiro e 6 a 10 julho, 1987, João Pessoa. Anais... João Pessoa : Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba/MEC/CNPq, 1988.